

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Ata nº 7
Data 09-04-2026
Tipo Ordinária
Página 1

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 09-04-2026

Ata nº 7

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Verónica Fernandes Solheiro	Vereador	P
Ana Patrícia de Castro Xavier	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 01-04-2026

Operações Orçamentais	389.435,26€
Operações de Tesouraria	609.988,13€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista de Divisão de Gestão Municipal.



I – Antes da ordem do dia

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos e dar as boas-vindas a todos os Vereadores, à Chefe de Gabinete, aos técnicos e público presentes na sala, bem como ao público que se encontrava a acompanhar a reunião através da transmissão *online*.

Sendo uma reunião pública, informou que a ordem de trabalhos é composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período de antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos do interesse para o Município, o segundo ao período da ordem do dia, onde são discutidos e votados os assuntos elencados na ordem de trabalhos, e, por fim, o terceiro e último momento, correspondente ao período de intervenção do público.

I – Período de Antes da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o propósito de deixar algumas notas, perguntando se algum dos senhores Vereadores se pretendia inscrever para intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

Nesse seguimento, inscreveu-se o senhor Vereador José Adriano Esteves Lima e a senhora Vereadora Verónica Solheiro.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que comunicou que a próxima Reunião de Câmara, originalmente marcada para o dia 23 de abril de 2026, teria de ser antecipada para o dia 21 desse mesmo mês (uma terça-feira), devido à realização da sessão da Assembleia Municipal agendada para o dia 24 de abril (uma sexta-feira). Referiu que o principal ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal será a discussão da prestação de contas do exercício de 2025.

De seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal expressou solidariedade e dirigiu uma palavra institucional, em seu nome, ao senhor Vice-Presidente, Manuel José Cardoso Rodrigues, pelo falecimento da senhora sua mãe.

Passando à abordagem das notas que concretamente queria deixar, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por aludir à declaração de voto apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, com relação à não aceitação, na reunião anterior, de um dos três pedidos de alteração à ata da reunião da Câmara de 12 de março de 2026. Explicou, a este propósito, que dos três pedidos para alteração apresentados pelos Vereadores José Adriano Esteves Lima e Fátima Pereira dois foram aceites e um foi recusado. Lembrou que o pedido de alteração recusado pretendia substituir a referência ao “Campeonato Europeu de XCO” pela referência ao torneio do



“Portugal Under Cup”, no contexto de uma discussão sobre as receitas alocadas a um concreto evento desportivo. Explicou que a alteração não foi aceite não apenas por si, mas também pelos Vereadores do Executivo com pelouros, e já depois de terem analisado, conjuntamente com a senhora Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, quer o exarado na Ata pela técnica, Dr.ª Ana Silva, quer os pedidos de alteração, e que apenas aquele não fora aceite porque o que se pretendia introduzir, com a alteração, não correspondia ao que o senhor Vereador José Adriano Lima havia afirmado na reunião. O senhor Presidente referiu que a dita declaração de voto, da autoria de ambos os senhores Vereadores do PS (a qual passou, em determinadas passagens, a ler), dava a entender que a não aceitação do pedido de alteração havia sido decidido unilateralmente por ele (Presidente), estando-se, de certa forma, perante uma decisão arbitrária, contrária ao que realmente se havia passado, o que se mostrava ofensivo e poderia perfeitamente ter sido evitado acaso o senhor Vereador tivesse tido o cuidado (que se lhe impunha) de ir consultar a gravação da reunião, que fora pública e transmitida *online*, desse modo podendo constatar que o que estava a pretender alterar na ata não tinha correspondência com o que na reunião havia afirmado.

Prosseguindo, passou a fazer referência à sua deslocação e à do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal à Feira de Nanterre, França, onde, juntamente com representantes de algumas Juntas de Freguesia, tiveram a oportunidade de se encontrar com a comunidade emigrante melgacense. Transmitiu que a visita ao certame organizado pela ARCOP ocorreu após a última reunião do Executivo e incluiu a presença dos membros do Executivo Municipal no pavilhão da Feira quer na sexta-feira à tarde, quer no sábado ao final da tarde e noite, quer na tarde de domingo. Comunicou que durante a visita participaram em vários encontros, entre os quais um jantar com a comunidade melgacense em Messy, organizado por uma associação local, com a presença do senhor presidente da Câmara e de vários membros do Executivo local, uma visita ao estabelecimento comercial pertença de um melgacense (do lugar de Ribeiro de Cima, Castro Laboreiro), na localidade de Creil, e uma receção oficial na Câmara de Villeparisis (concelho com o qual Melgaço tem geminação), também com a presença do senhor Presidente e membros do executivo de Villeparisis, bem como de representantes de uma associação cultural local. Disse que marcaram presença, nesta feira, vários produtores de produtos endógenos de Melgaço, mais concretamente, da parte dos produtos vínicos, a “Casa de Midão”, a “Encosta da Capela” e o “Reguengo de Melgaço”, e, da parte dos produtos de fumeiro, os “Saberes da Tradição” (cuja participação, este ano, foi garantida através de sorteio realizado entre os dois produtores que manifestaram vontade de participar na feira, sendo certo que o outro produtor terá a sua presença garantida na edição do ano vindouro). Referiu que foi mantido o compromisso de permanecerem até ao final do evento na feira, para uma despedida perante a comunidade melgacense, apesar do sério risco de virem a perder o voo de regresso, procurando corrigir, dessa forma, uma crítica que era feita ao anterior executivo. Informou que o *feedback* obtido junto dos produtores foi muito positivo, tanto em relação às vendas, como aos momentos de confraternização.

Posteriormente, deu nota da realização, no dia anterior (08/04/2026), do encontro e conferências, no âmbito do Dia Mundial da Saúde, que tiveram lugar na Escola Superior de Desporto e Lazer, com organização da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), na pessoa da enfermeira Ana Pires, e do CLDS, na pessoa da Joana Malheiro, com o foco na saúde e no estatuto do cuidador informal. Disse que a iniciativa contou com um anfiteatro muito bem composto, com a presença de muitos profissionais da área da saúde, mas também de público. Comunicou que o painel inicial o incluiu a si próprio, bem como ao Dr. Pedro Bezerra (Diretor da ESDL), ao Dr. Orlando Antunes (Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo) e ao Dr. Nelson Rodrigues (Diretor Clínico da ULSAM de Viana do Castelo). Referiu que numa segunda intervenção, liderada pelo Dr. Orlando Antunes, o foco foi no tema do cuidador informal.

Como nota seguinte abordou a realização, na manhã desse mesmo dia, de um encontro com os Ex-Combatentes do Ultramar, na sede, da Vila, da Junta da União das Freguesias da Vila e Roussas, assinalando o Dia do Combatente. Disse que o evento contou com a presença de diversas entidades e com uma grande participação de veteranos. Comunicou que foi inaugurada uma exposição com fotografias fornecidas pelos ex-combatentes. Disse que, fruto desse contributo, o Município conseguiu agregar um espólio de cerca de 3.000 fotografias, e que, com a colaboração do Núcleo de Monção, foi possível identificar 246 melgacenses que estiveram no Ultramar. Referiu que após as intervenções e a visita à exposição, foi servido um Alvarinho de honra no Solar.

O senhor Presidente da Câmara falou, seguidamente, sobre a primeira edição do Melgaço Easter Cup Handball, dizendo que foi um sucesso extraordinário, superando todas as expectativas de participação e gerando um resultado financeiro positivo. Disse que o evento contou com a participação de cerca de 1.150 atletas, mais do dobro da previsão inicial (que rondava os 500), totalizando cerca de 1.400 pessoas envolvidas (incluindo staff e voluntários) e que o sucesso conseguido se traduz num enorme orgulho para Melgaço, para o Centro de Estágios, para a Melsport e para o Executivo em funções. Referenciou que o impacto desta prova foi visível em todo o território, com alojamento (local, rural e hotelaria) esgotado e com um grande movimento no comércio e restauração. Informou que o evento foi considerado histórico, por ter gerado um resultado positivo, sem qualquer prejuízo, ao contrário de eventos anteriores, especialmente a prova do Campeonato Europeu do XCO, que teve um custo de cerca de 500.000 Euros, e a prova da UCI Continental Serie, que registou um prejuízo de mais de 40.000 Euros, sem receita associada. Como exemplo deste sucesso do torneio de Andebol deu nota que o bar do pavilhão polidesportivo faturou mais num único dia do que o bar principal da Melsport durante um mês inteiro.

Anunciou, posteriormente, uma ação de reflorestação que na manhã do dia 11 de abril seguinte iria acontecer no Centro de Estágios, com o objetivo de plantar cerca de 200 árvores autóctones, demonstrando o compromisso do Município e do Executivo com a reflorestação, utilizando espécies adequadas, por contraponto às críticas sobre o abate de árvores relacionado com o novo local de realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF). Transmitiu que a ação



decorrerá numa área que foi devastada por um incêndio há alguns anos, junto aos campos de ténis, e que esta iniciativa, levada a efeito em parceria com a Azevim Nature, resultará na plantação de um número de árvores igual ou superior ao das que foram abatidas para a concretização da FAF, as quais, de resto, se encontravam já previamente sinalizadas para abate. Para efeitos da dita ação de reflorestação convidou não só todos os vereadores presentes como todo público que à iniciativa se quisesse associar.

Como última nota, o senhor Presidente da Câmara aflorou o relatório de satisfação dos munícipes, relativo ao primeiro trimestre de 2026, o qual revela um aumento significativo nos índices de satisfação para com os serviços municipais. Disse que o inquérito adjacente a este relatório foi promovido pela Gestão da Qualidade, com 183 inquéritos enviados e mais de 30 respostas recebidas. Informou que os resultados mostram um aumento nos índices de satisfação, tendo informado que relativamente ao atendimento no Balcão Único este índice subiu de 88% para 96%, que quanto às operações urbanísticas subiu de 84% para 92%, que no que respeita a água e saneamento subiu de 85% para 90%, e, por fim, que quanto ao controlo Metrológico se manteve nos 100%. Disse ainda que o índice de satisfação subiu, no geral, de 88% para 96%, considerando que esta elevação no percentual da satisfação dos munícipes constitui o reconhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido não só pelo atual Executivo como também pelos técnicos e colaboradores do Município.

Finda a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador José Adriano Lima, que, no uso dela, começou por cumprimentar os senhores Vereadores, os colaboradores da Câmara Municipal e o público presente na sala, assim como o público que se encontrava a assistir *online* à reunião.

Iniciou a sua intervenção associando-se ao voto de pesar pelo falecimento da mãe do senhor Vice-Presidente, expressado anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, renovando, assim, as condolências que já lhe havia dirigido, fora do âmbito da reunião de Câmara, no que foi reiterado pela senhora Vereadora Verónica Solheiro.

Prosseguiu prestando um esclarecimento sobre a alteração proposta à ata da reunião de Câmara do dia 12 de março último. Reafirmou, neste sentido, que a sua intenção corresponde ao conteúdo que pretendia ver registado, apesar de ter admitido a possibilidade de se ter expressado mal. Contrariou a afirmação do senhor Presidente de que todos tinham chegado à mesma conclusão, mantendo a sua posição original. Relativamente à entrega de uma declaração de voto sobre o assunto, disse tratar-se de um direito que lhe assiste. Manifestou que irá ter o cuidado de verificar a gravação da dita reunião, para confirmar a sua expressão verbal sobre o tema.

Passando a abordar a participação do Município na Feira de Nanterre, e o envolvimento com a comunidade emigrante, reconheceu que a presença na despedida da comunidade nem sempre foi possível, frequentemente devido a constrangimentos com os horários dos voos, no



entanto, refutou a generalização de que os autarcas nunca participavam nestes momentos de despedida, afirmando que ele próprio já protagonizara alguns destes momentos, no palco. Referenciou que o programa de visita à comunidade, incluindo jantares e visitas institucionais, foi semelhante ao que se vinha a fazer até aqui. Destacou o valor de agregar a nossa comunidade de Melgaço durante estas visitas e defendeu a continuação dessa prática.

De seguida, e tomando como ponto de partida a menção à exposição, na sede da Junta de Freguesia da Vila, sobre Ex-Combatentes, solicitou informações sobre a programação para as comemorações do 25 de Abril. Recordou que a data é tradicionalmente assinalada, por vezes de forma simbólica e noutras ocasiões com um programa mais elaborado. Pediu para saber se já existe algum programa definido ou delineado para as comemorações deste ano.

Acerca do comentário feito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o relatório de satisfação dos munícipes afirmou que os bons resultados deste relatório são fruto de um percurso contínuo e não de um único momento. Defendeu que uma das ambições da autarquia deve ser a certificação de qualidade de todos os seus serviços, continuando o processo já iniciado de certificação por serviço. Reforçou a necessidade de dar continuidade a este trabalho, tendo sempre como foco o serviço aos munícipes.

Ainda no decorrer da sua intervenção, e assinalando que passaram aproximadamente seis meses desde a tomada de posse, solicitou um balanço sobre temas que considera de especial importância: a saúde, o desenvolvimento económico e a proteção civil. Assim, no que respeita à saúde, questionou se existem novidades concretas e efetivas na resposta de saúde aos munícipes, mencionando que, segundo informações que recebeu, não havia médico no Centro de Saúde, no domingo anterior. Relativamente ao desenvolvimento económico, mais concretamente sobre a Zona Empresarial de Alvaredo, pediu um ponto de situação sobre as duas intenções de investimento previamente discutidas. Questionou se para além destes dois casos existem novas intenções de investimento para a zona empresarial. No que respeita à proteção civil questionou sobre o ponto de situação da limpeza das faixas de gestão de combustível, focando-se na rede secundária, que é da responsabilidade do Município. Solicitou, também, informação sobre o estado da limpeza da rede primária, que, embora não seja responsabilidade direta do Município, afeta o território do concelho. No que respeita à rede secundária questionou sobre o cumprimento das obrigações de limpeza por parte dos proprietários privados. Pediu uma avaliação sobre o cenário deste ano, designadamente se os particulares estão a cumprir proativamente as suas responsabilidades ou se ainda representa um desafio, mencionando que historicamente tem havido uma evolução positiva no comportamento dos privados. Comentou que, em todo o caso, havia aqui um trabalho prévio feito pela autarquia, no sentido de promover a limpeza destas faixas pelos particulares.



Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu, desde logo, a associação dos senhores Vereadores da Oposição à manifestação de pesar pelo falecimento da mãe do senhor Vice-Presidente.

Em resposta ao questionado pelo senhor Vereador José Adriano Lima, e começando pelas comemorações do dia 25 de Abril, confirmou que o Município iria sinalizar a data, ajustando o horário em ordem a possibilitar a presença do Executivo na Festa da Lampreia, no vizinho concelho de Arbo. Referiu que a celebração decorrerá nos moldes habituais, prevendo-se a participação da Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Melgaço. Informou que foi discutida a possibilidade de convidar um conterrâneo para um breve momento musical a fim de assinalar a data. Explicou que estas comemorações terão lugar ao início da manhã, para, como se disse, permitir a presença no ato inaugural da Festa da Lampreia, agendado para as 11.30 horas. Comunicou que o programa final ainda não se encontrava fechado, e que oportunamente seria comunicado aos senhores Vereadores, tendo-os, desde logo, convidado para o ato.

Relativamente ao registo de uma melhoria significativa no relatório trimestral de satisfação dos munícipes, lembrou ao Vereador José Adriano Lima que o relatório é atinente ao primeiro trimestre de 2026, sob a gestão do atual Executivo. Concordou com o facto de que o Município não se deve acomodar com os níveis de satisfação, e que o objetivo é trabalhar continuamente para melhorar, embora tenha quer se reconhecer que alcançar os 100% de satisfação é um alvo impossível, até porque a insatisfação de um único munícipe, cuja pretensão não seja atendida como esperado, pode refletir-se negativamente nos questionários. Disse que, apesar do resultado positivo, o trabalho para melhorar o processo de gestão de qualidade continuará, sem dúvida.

Sobre os temas da saúde e da Zona Empresarial de Alvaredo, referiu que a interpelação por parte do senhor Vereador José Adriano é recorrente, vindo com os temas a lume praticamente todos os meses. Relembrou que, como aquele sabe, os dossiers são complexos, de resolução demorada no tempo. Relativamente à ZEA referiu que o Executivo anterior não resolveu a questão da atração de investimento nos quase dois anos que teve após a inauguração do parque empresarial e que terá certamente noção que o atual também não o conseguirá fazer em poucos meses. Relembrou a informação que já havia transmitido em anteriores reuniões, de que existe um contrato assinado com uma empresa que tem projetada a produção de aparas de madeira, com a qual se tem mantido contactos insistentes. Disse que esta empresa informou que planeia iniciar as obras entre abril e maio deste ano e que já enviou o comprovativo de ter contratado um empreiteiro, apesar das dificuldades do setor, em se encontrar mão de obra. Comunicou que também em anteriores reuniões já havia dado nota de que o outro potencial investidor, a Toptunel (que nunca teve um contrato formalizado) transmitiu que não vai avançar com o investimento, justificando com a impossibilidade de dar o lote em hipoteca para garantir uma operação de financiamento bancário, uma vez que o Regulamento da ZEA não o permite.

Relativamente à questão da Saúde, referiu que a implementação da Unidade de Saúde Familiar (USF) no Centro de Saúde enfrenta o risco de não avançar. Comunicou que numa conversa que teve com o Dr. Nelson Rodrigues, Diretor Clínico da ULSAM de Viana do Castelo, lhe foi revelado que existem dificuldades em consolidar o modelo da USF, devido a questões relacionadas com horários. Disse que esta situação é preocupante, pois a concretização da USF traria uma agilização no atendimento aos utentes e permitiria aos profissionais maior autonomia na gestão das suas agendas, para além da maior remuneração, ajudando a fixá-los em territórios de baixa densidade como é o caso de Melgaço. Lamentou que profissionais de saúde naturais de Melgaço pedissem transferência para outros municípios, apelando a um *“pouco mais de amor ao nosso território”* aquando das suas escolhas profissionais, vincando, porém, que respeitava as decisões individuais tomadas por cada um. Informou que pediu que fossem feitos esforços a vários níveis para não dar a implementação do modelo por perda, tendo salientado que tal implementação depende não só dos médicos, mas também dos enfermeiros e das equipas de auxiliares. Mais informou que foi abordada a questão do longo tempo de espera entre a marcação e a realização de consultas, sobre a qual o Dr. Nelson Rodrigues clarificou que a gestão não é inteiramente da ULSAM e que as diretrizes dadas apontam para um prazo máximo de 15 dias para agendamento.

Ainda no âmbito da saúde, transmitiu que o processo para equipar o Centro de Saúde com novo mobiliário está a ser agilizado. Disse que a responsabilidade pelo recheio e mobiliário no âmbito da requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Melgaço é da ULSAM. Comunicou que o dossier parecia estagnado, mas que após insistência junto do senhor Presidente do Conselho de Administração e do Dr. Nelson Rodrigues o assunto parece estar agora muito bem encaminhado. Referenciou que a expectativa é a de que aquando da inauguração da requalificação e ampliação o Centro de Saúde já esteja equipado com mobiliário novo.

No que concerne à questão da gestão de combustíveis referiu que o Município está a lidar com a mesma e com a limpeza de terrenos privados, incluindo com ações de fiscalização e de execução por via subsidiária. Disse que as ações de limpeza das faixas de gestão de combustível foram executadas e que o foco atual está nas ações de plantação ou florestação. Transmitiu que alguns particulares se mostraram preocupados com a entrada das equipas de sapadores nas suas propriedades, temendo pela perda do direito de propriedade, tendo-lhes sido explicado que tal não está em causa, tratando-se de ações de limpeza e florestação, as quais se mostram benéficas, poupando-lhes trabalho e despesas com limpezas, criando barreiras de proteção contra incêndios e valorizando terrenos que se encontram incultos ou abandonados. Relativamente às denúncias de falta de limpeza em propriedades privadas disse que na maioria dos casos os proprietários procedem à limpeza após notificação para esse efeito e que em casos de incumprimento, após uma segunda abordagem, foi acatada a ordem de limpeza ou, quando tal não aconteceu, levantados processos que levaram à execução da limpeza pelo Município, com a respetiva conta a ser posteriormente apresentada aos proprietários. Referiu que o prazo para as limpezas no ano corrente foi, tanto quanto é dos eu conhecimento, alargado, e que, até ao momento, não há conhecimento de dossiers relativos a falta de limpeza.



No seguimento desta intervenção, pediu a palavra, novamente, o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse que não havia nada de novo e reiterou a importância do tema da saúde e que manifestou apoio ao Executivo em funções a esse nível. Reconhece que o modelo da USF é preferível à situação atual e lembrou que a dificuldade na sua implementação não é nova. Constatou que o que agora existe, contrariamente ao que se verificou anteriormente, é uma vontade clara da parte da ULSAM (Serviços de Ação Médica) em concretizar este modelo, como já aconteceu em concelhos vizinhos. Sobre a afirmação do senhor Presidente relativa à transferência de um profissional de saúde de Melgaco para outro concelho, disse que, do que é do seu conhecimento, o mesmo o terá feito por ter ido, precisamente, para uma Unidade de Saúde Familiar que já existe no concelho vizinho – não foi trocar centro de saúde por centro de saúde – com melhores condições de vencimento.

Ainda sobre a ZEA voltou a questionar sobre a existência de novas intenções de investimento. Constatou que a situação da ZEA se mantém idêntica à reportada anteriormente e perguntou se com o fecho do primeiro trimestre surgiu alguma nova intenção de investimento para a zona empresarial.

Acerca da questão da proteção civil e da questão da gestão da limpeza de terrenos, recordou o projeto “Condomínios de Aldeia”, implementado pelo Executivo anterior para proteger os aglomerados populacionais, o qual se encontra agora em fase de conclusão. Supôs que as ações de florestação mencionadas pelo senhor Presidente possam estar enquadradas neste projeto. Reconheceu que a necessidade de o Município limpar terrenos em substituição de particulares não é um problema novo, tendo ocorrido, também, no âmbito do dito projeto “Condomínios de Aldeia”. Mencionou que os serviços municipais haviam desenvolvido uma metodologia de trabalho para antecipar problemas, evitando que os proprietários não realizassem as limpezas obrigatórias e fossem sujeitos a autos de outras entidades fiscalizadoras. Comunicou que o prazo para as limpezas foi prorrogado para o dia 31 de maio e presumiu que os serviços já teriam iniciado os trabalhos de fiscalização antes de saberem desta prorrogação. Reafirmou que a segurança da comunidade é uma matéria que o preocupa e que deve continuar a ser trabalhada atentamente. Referiu, ainda, que a execução das ações de limpeza florestal enfrenta desafios significativos relativamente a custos e disponibilidade de mão de obra.

Na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que as ações de florestação em curso estão inseridas no projeto “Condomínios de Aldeia”, projeto este que conta com participações financeiras externas, tornando-as viáveis. Saliu os elevados custos que as ações de limpeza também representam para os particulares e destacou a dificuldade em encontrar empresas ou profissionais para executar estes trabalhos. A este propósito apontou, como exemplo, o facto de o Município ter recentemente lançado um concurso público para a limpeza de bermas e valetas de vias municipais, tendo o mesmo ficado deserto por falta de apresentação de propostas por parte de concorrentes. Concluiu este tema, referindo a importância das limpezas, mas tendo-se noção de que a sua execução depende de dois fatores críticos: o custo financeiro e a existência de mão de obra disponível.

Em resposta ao questionado sobre possíveis novas intenções de investimento para a ZEA, disse inexistirem no momento, mas que os esforços de promoção da infraestrutura continuam e que o Executivo em funções, incluindo a sua pessoa, têm realizado vários contactos com parceiros antigos e potenciais, com o objetivo de “vender” as mais-valias da ZEA, na expectativa de atrair investimento para o território, porque entendem que este processo é muito importante para a criação de empregos e para a fixação dos jovens em Melgaço.

Tomou, seguidamente, a palavra, a senhora Vereadora Verónica Solheiro, que começou por cumprimentar os senhores Vereadores, os colaboradores da Câmara Municipal, o público presente na sala e o público que se encontrava a assistir *online* à reunião.

Passou, depois, a questionar sobre a eficácia da estratégia de divulgação da Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF). Manifestou a sua preocupação com a divulgação do evento, considerando-a lenta e insuficiente, apesar da sua grande dimensão e importância económica para o Município. Disse que a divulgação deste evento tem estado limitada a algumas publicações pontuais nas redes sociais e que é notada a ausência de publicidade física, como outdoors em pontos estratégicos (como por exemplo, no trajeto para o Porto, para Braga e para a Galiza), bem como de cartazes, folhetos e de transmissão na comunicação social. Sugeriu que o sucesso recente do evento “Easter Cup” foi uma oportunidade perdida para divulgar as datas da festa a um público vasto e recetivo, incluindo famílias e amigos. Questionou, por conseguinte, se existe uma estratégia específica por detrás da divulgação atual e se o Executivo considera que as ações tomadas são suficientes para garantir o retorno desejado do evento.

Como segunda nota, questionou o senhor Presidente sobre a implementação da transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal. Relembrou que a transmissão *online* das sessões foi aprovada no novo regimento da Assembleia Municipal, em final de fevereiro, documento que foi consensual e aprovado por unanimidade. Disse que a transmissão é vista como uma medida crucial para aumentar a transparência, a proximidade com os cidadãos e o seu envolvimento na política local. Perguntou, assim, se a próxima sessão da Assembleia Municipal, agendada para o dia 24 de abril, já será transmitida *online*, permitindo que os munícipes a acompanhem remotamente. Reconheceu que embora as condições possam não ser as ideais, existem meios mínimos para realizar a sua transmissão *online*, de forma semelhante ao que já acontece com as reuniões de Câmara.

Finda a intervenção da senhora Vereadora Verónica Solheiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da implementação da transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal. Afirmou que o Executivo em funções tem todo o interesse em que os munícipes assistam ao exercício, democrático, do poder autárquico, tal como já ocorre com as reuniões de Câmara. Informou que o facto de ainda não se ter condições para possibilitar a transmissão online das reuniões da Assembleia Municipal se deve à necessidade de adquirir equipamentos, implicando custos que, de acordo com orçamentos antigos, rondam os 25.000

Euros. Esclareceu que a questão só foi formalmente discutida e aprovada este ano e conta com o senão de que o financiamento para os equipamentos não está previsto no orçamento municipal aprovado para este ano, exigindo uma alteração orçamental, realocando verbas que estavam previstas noutras rubricas e para outros fins. Informou que já foram solicitados orçamentos e contactados fornecedores para a aquisição dos equipamentos necessários.

Em resposta à questão colocada sobre a organização e divulgação da Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF), o senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que o evento é um pilar para o Município, criado para dar visibilidade ao território, e, fundamentalmente, para que os produtores locais possam promover e comercializar os seus produtos. Disse que a deslocalização do evento este ano foi uma decisão tomada pelo Executivo após consulta e aprovação, por unanimidade, dos produtores, em reuniões muito participadas (uma delas com cerca de 70 pessoas). Referiu que esta mudança trouxe desafios significativos de calendarização, mas que os preparativos do novo espaço estão a ser cumpridos e até adiantados. Justificou algum atraso na comunicação do evento com a necessidade de contratar uma nova equipa de comunicação e imagem, após a anterior manifestar indisponibilidade para continuar a prestar serviços ao Município. Esclareceu que o contrato com a nova equipa de comunicação e imagem apenas foi efetivado no final de fevereiro do corrente ano e que, ainda assim, esta tem trabalhado intensamente, tendo já produzido mais de 100 artigos gráficos, o que demonstra a complexidade da organização. Contrapôs a ideia da falta de divulgação, listando várias ações já realizadas, concretamente, contrariando a senhora Vereadora, os convites para a festa que dirigiu em múltiplas intervenções que fez durante o evento “Melgaço Easter Cup Handball”, a distribuição de folhetos na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) e na Feira de Nanterre, em França, a colocação, já efetivada, de 3 outdoors (de um total de 5 previstos), em locais como a A28 ou A3, em Vigo, em Ourense, em Monção e no Peso, dando ainda nota de que já estão prontos spots para rádio e que o texto para os flyers foi finalizado e a impressão ocorrerá na semana em curso. Garantiu que todo o plano de meios está a ser trabalhado e será implementado o mais rapidamente possível. Informou que foi proposta a partilha faseada de informação acerca dos participantes e do programa do evento e que a divulgação completa ocorrerá nos próximos dias, cerca de três semanas antes da festa, para garantir que o público tenha conhecimento a tempo e horas. Concluiu afirmando esperar que o público compareça em reconhecimento do trabalho de todos os envolvidos, prevendo que o evento vá ser um sucesso.

Pediu, novamente, a palavra a senhora Vereadora Verónica Solheiro, tendo-lhe sido concedida, referindo que é viável transmitir a próxima reunião da Assembleia Municipal, mesmo que com equipamentos mínimo, adiantando que consultou técnicos externos que indicaram que a transmissão poderia ser melhorada com mais câmaras, com um custo máximo de 3.000 Euros, um valor significativamente inferior aos 25.000 a 30.000 Euros mencionados anteriormente pelo senhor Presidente.



Na sequência do afirmado pela senhora Vereadora o senhor Presidente da Câmara Municipal clarificou que os valores de 25.000 que havia referido correspondiam aos inscritos em orçamentos antigos, e que estava em curso uma nova consulta ao mercado para determinar o custo real dos meios para implementação da transmissão online. Afirmou que para dizer que existem meios disponíveis e que só faz falta investir 3.000 Euros a senhora Vereadora apenas poderia ter obtido essa informação de técnicos do próprio Município, por somente eles saberem quais os equipamentos atualmente existentes, e que bem gostaria que os custos se quedassem pelos ditos 3.000 Euros, pelo que solicitou à senhora Vereadora Verónica Solheiro que lhe facultasse o contacto dos técnicos externos que ela disse ter consultado, para os contactar e possivelmente ajudarem no processo, perguntando-lhe quem eram, ao que aquela respondeu não ter presente, mas comprometendo-se a fazer a entrega desses contactos posteriormente, tendo-lhe ainda o senhor Presidente perguntado se não se lembrava quem eram as pessoas com quem havia falado.

De novo no uso da palavra, a senhora Vereadora Verónica Solheiro expressou a sua preocupação com o facto de a divulgação da FAF, a três semanas do evento, poder ser insuficiente, especialmente porque o evento tem um novo local e a data foi alterada para o primeiro fim de semana de maio, um fim de semana prolongado. Defendeu que uma divulgação mais antecipada é crucial para que os visitantes anuais possam planear as suas estadias nos hotéis e casas rurais da região.

A respeito desta última intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal argumentou que a divulgação é a ajustada, pois a FAF é um evento conhecido, contando já com 31 edições realizadas, sendo muito falado ao longo do ano. Comunicou que a data da realização já foi comunicada publicamente há meses. Destacou, igualmente, a articulação com o Município de Arbo para evitar a sua sobreposição com a Festa da Lampreia. Informou que foi estabelecido um acordo entre os Municípios de Melgaço e de Arbo para disponibilizar transportes, permitindo que os habitantes de Melgaço visitem a Festa da Lampreia, em Arbo, e os cidadãos de Arbo visitem a FAF de Melgaço. Conclui lembrando que o debate público em torno do novo local, incluindo as críticas (políticas) ao abate de pinheiros, que a senhora Vereadora tem muito bem presente, gerou uma ampla divulgação, em função do que toda a gente sabe já qual o local onde a festa vai ter lugar.



II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

83. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º6 de 26-03-2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou, no âmbito deste ponto da ordem do dia, que não foram recebidos contributos ou pedidos de alteração à ata da reunião anterior, cuja minuta havia sido enviada previamente aos senhores Vereadores, facto pelo qual esta minuta se tornou na versão final da Ata nº 6, de 26/03/2026. Nesta sequência, colocou a sua aprovação à discussão dos senhores Vereadores. Não se tendo pronunciado ninguém, colocou-a à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade dos membros com direito a voto, aprovar a Ata n. º6 de 26-03-2026, não tendo participado na votação a Vereadora Verónica Solheiro, por não ter estado presente na reunião a que diz respeito.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

84. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Gestão Municipal

85. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamento de Apoio à Decisão - Monitor, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os equipamentos, que incluem uma estrutura de enchimento de gases de ar respirável, tablets, rádios portáteis e monitores, já foram entregues às Corporações de Bombeiros Voluntários, em 31 de março de 2026. Explicou que a decisão foi tomada por si e submetida posteriormente a ratificação uma vez que o Protocolo da CIM Alto Minho chegou ao Município apenas 4 ou 5 dias antes da cerimónia da entrega, sem tempo para ser incluído e levado a votação na reunião de Câmara anterior. Disse que estes protocolos estabelecem a cedência, a título definitivo, dos equipamentos às estruturas de emergência e proteção civil.

Tendo sido colocado este assunto à discussão pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Vereador José Adriano Lima propôs a votação deste e dos outros três assuntos seguintes em conjunto, por estarem todos relacionados, tendo desde logo manifestado o voto favorável dos Vereadores do PS.

O senhor Presidente da Câmara Municipal destacou que este apoio se soma a outros esforços financeiros do Município para com a Associações de Bombeiros local, que totalizam cerca de 230.000 Euros, além de outros apoios previstos em regulamentos municipais.

Na sequência do sugerido os quatro pontos da ordem de trabalhos (n.ºs 85, 86, 87 e 88) que incluíam a ratificação da cedência de equipamentos por parte da CIM do Alto Minho à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, para uso exclusivo do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Alto Minho, foram aprovados por unanimidade.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4112 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/213, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamento de Apoio à Decisão – Monitor.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

86. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de Apoio à Decisão - Tablet, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4116 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de apoio à Decisão – Tablet.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

87. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de Apoio à Decisão - Rádios Portátil, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4114 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de Apoio à Decisão – Rádios Portátil.



O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

88. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de Reforço das Capacidades de Intervenção das Corporações de Bombeiros do Alto Minho, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º4107 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da minuta de Protocolo de Cedência de Equipamentos de Reforço das Capacidades de Intervenção das Corporações de Bombeiros do Alto Minho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

89. Presente para efeitos de aprovação a minuta de Empréstimo de Longo prazo até ao montante de 2.010.892,60€, nos termos da alínea a) do n.º5 do artigo n.º52 da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que este é o culminar de um processo iniciado com a aprovação da abertura do procedimento de contratação do empréstimo pela Câmara e posteriormente pela Assembleia Municipal, na sessão de 28 de fevereiro de 2026.

Disse que a minuta do contrato estava em conformidade com as condições contratuais que já haviam sido aprovadas.

Posto isto, colocou o assunto à discussão de quem quisesse intervir, tendo-o feito o senhor Vereador José Adriano Lima, que anunciou o voto favorável dos Vereadores do PS, por reconhecerem a importância do investimento que o financiamento iria permitir viabilizar.

Ainda neste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que foi aberto o concurso para a 2ª fase do projeto que consiste na execução da empreitada do "Espaço Memória e Cinema", iniciado com a requalificação da antiga escola primária. Informou, a este propósito, que nenhuma empresa se apresentou a concurso, o que reflete um problema, transversal, de falta de empresas e de mão de obra para executar empreitadas financiadas por fundos comunitários. Comunicou que esta situação compromete o cumprimento da regra "N+3", que exige a execução de pelo menos 40% das obras até 30 de setembro do ano corrente. Informou que a empreitada será novamente

lançada a concurso, no curto prazo, estando ainda por definir se o valor base será ou não superior. Esclareceu que numa reunião recente com o Presidente da CIM Alto Minho e o Secretário Executivo foi reforçada a exigência de que os Municípios atinjam a meta de execução de 40% (sendo esta obra, no caso de Melgaço, de longe a de maior valor no programa) e que, se não for encontrado um adjudicatário a tempo, o Município não conseguirá cumprir aquela meta.

Após esta explanação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º4225 de 31-03-2026, a aprovação da minuta de Empréstimo de Longo prazo até ao montante de 2.010.892,60€, nos termos da alínea a) do n. º5 do artigo n.º52 da Lei n. º73/2013, de 03 de setembro.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

90. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do pedido de um grupo de proprietários de veículos clássicos, a solicitar a isenção de pagamento do preço de entrada no museu de Cinema, no dia 8 de abril de 2026, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é apresentado, para ratificação, um pedido de um grupo de proprietários de veículos clássicos para isenção do pagamento das entradas no Museu do Cinema, referente a uma visita realizada a 8 de abril de 2026. Comunicou que a decisão foi por si tomada, devido à urgência, pela proximidade da data, vindo, agora, para ser submetida a ratificação. Clarificou que o grupo, composto por cerca de trinta pessoas, maioritariamente das zonas de Braga e Guimarães, mas também de Santo Tirso e da Figueira da Foz, visitou o museu e ficou encantado. Disse que os participantes também frequentaram cafés locais, alguns dois quais visitaram o Solar do Alvarinho (pagando as respetivas contas), e que o grupo almoçou num restaurante do concelho.

Após a colocação deste assunto à discussão, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que salientou que este tipo de apoio a grupos é frequente e benéfico, pois tem um efeito multiplicador, incentivando futuras visitas e dinamizando a economia local (restauração e comércio).

O senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que o valor total dos bilhetes que seriam cobrados (de cerca de 90 euros) é considerado insignificante face ao benefício da promoção do território. Após esta consideração, colocou o presente assunto à aprovação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4088 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a isenção de pagamento de preço de entrada no museu de Cinema, no dia 8 de abril de 2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

91. Presente para efeitos de aprovação o apoio no domínio do consumo energético, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal relatou que foi apresentado um pedido de apoio no domínio do consumo energético, o qual foi analisado pelos serviços de ação social, conforme previsto no regulamento municipal. Referenciou que com base no cálculo do rendimento *per capita* aqueles serviços propuseram o indeferimento do apoio solicitado.

A proposta de indeferimento foi, por conseguinte, submetida a discussão, e, não tendo havido intervenções, foi colocada à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4077 de 27-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a não atribuição do apoio no domínio do consumo energético.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Proteção Civil

92. Presente para efeitos de aprovação a proposta de Protocolo de colaboração entre a Federação Distrital de Bombeiros e os Municípios do Alto Minho - DECIR 2026, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os municípios têm atribuições na área da proteção civil, sendo crucial reforçar as equipas locais de combate a incêndios durante o verão, dada a extensa mancha florestal da região. Disse que o protocolo em apreço estabelece que, nos dias em que não há combate

ativo a incêndios (num período temporal que vai de 1 de julho a meados de outubro), os municípios suportarão os custos com alimentação (pequeno-almoço, almoço e jantar) das equipas de reforço, e que nos dias em que ocorra o combate a incêndios os custos com refeições (para além dos com deslocações e alojamento) são suportados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Informou que o custo para o Município, no corrente ano, é de 9.168 Euros, configurando um aumento significativo em relação aos cerca de 5.000 Euros do ano anterior, acrescido de uma comparticipação de 300 Euros para coordenação. Referenciou que, apesar do esforço financeiro, a medida é considerada essencial para garantir que todos os meios de combate estejam disponíveis. Transmitiu, por fim, que as equipas de reforço vêm, habitualmente, da zona de Lisboa, dado que os espaços urbanos não são tão fustigados pelos incêndios no período de Verão, comparativamente com os espaços rurais.

Colocado o assunto à discussão, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que afirmou que esta medida, não sendo nova, é de grande importância, e que a sua continuidade é fundamental para a eficácia da resposta a incêndios no distrito.

Nesta sequência o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 3759 de 20-03-2026 e no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de Protocolo de colaboração entre a Federação Distrital de Bombeiros e os Municípios do Alto Minho – DECIR 2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

93. Presente para efeitos de aprovação, o Protocolo com a Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza para recolha e reciclagem de rolhas de cortiça, no âmbito do projeto GREEN CORK, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que irá ser celebrado, tanto quanto sabe pela primeira vez, um protocolo com a Quercus, a fim de implementar a recolha seletiva de rolhas de cortiça, que constitui uma responsabilidade municipal na gestão de resíduos que nesta matéria ainda não estava a ser cumprida. Disse que a iniciativa começará na Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF), onde serão disponibilizados recipientes próprios para o efeito dessa recolha. Comunicou que o projeto visa diminuir a quantidade de resíduos indiferenciados enviados para aterro, reduzindo



custos para o Município, tendo uma vertente de compensação ambiental. Informou que a recolha das rolhas irá gerar a disponibilização de árvores autóctones pela Quercus, para plantação no Município.

No seguimento desta exposição o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à discussão, tendo-se pronunciado o senhor Vereador José Adriano Lima, que mencionou que já existiu, no passado, antes ainda de ele estar na Câmara, um projeto semelhante de recolha de rolhas, possivelmente o mesmo, já não se recorda, mas tem ideia que envolvia a Corticeira Amorim, é uma questão de consultar os arquivos, o qual enfrentou dificuldades de implementação e quando já estava a funcionar acabou por terminar por questões, tem ideia, relacionadas com o armazenamento e a recolha das rolhas. Afirmou que, apesar da experiência passada, é positivo retomar a iniciativa, dado o seu alinhamento com a identidade do concelho, ligada ao vinho e à natureza.

O senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que o protocolo atual define claramente as responsabilidades no âmbito das quais o Município adaptará as rotas de recolha de resíduos, armazenará temporariamente as rolhas e incluirá o tema nos seus programas de educação ambiental, ao passo que a Quercus será responsável pela recolha final, encaminhamento, contabilização e fornecimento das árvores enquanto contrapartida.

Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4285 de 01-04-2026, a aprovação do Protocolo com a Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza para recolha e reciclagem de rolhas de cortiça, no âmbito do projeto GREEN CORK.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

94. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do início de procedimento e das respetivas peças da empreitada para Reconstrução do Antigo Cine Pelicano para instalação do "Museu Melgaço et Cinema", que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os serviços optaram por agilizar o procedimento de contratação pública para a reconstrução do antigo Cine Pelicano. Disse que a decisão do Executivo de avançar com a obra foi ponderada e tomada, apesar de o custo inicialmente estimado ser mais do dobro da verba disponível por candidatura a fundos comunitários. Relatou que a inação, não fazendo a obra, representaria, tendo presente o estado de ruína da construção, um risco



contínuo para a segurança pública na Rua Direita. Comunicou que, neste sentido, o projeto inicial foi redimensionado, para se ajustar ao orçamento disponível, sendo que a obra se foca, agora, na recuperação do edifício para albergar o novo Museu do Cinema. Esclareceu que o “Espaço Memória et Cinema”, desenhado para ser construído junto à antiga Escola primária da Vila, não será o Museu do Cinema, servindo antes para acomodar parte do espólio doado por Jean-Loup Passek (milhares de cartazes, fotografias e máquinas), enquanto que o antigo “Cine Pelicano” será, sim o novo espaço para o Museu. Disse que este esclarecimento visa corrigir interpretações críticas surgidas, designadamente nas redes sociais, por parte de quem não dispõe desta informação. Referenciou que a expectativa é a de que as empresas se apresentem a concurso e que os prazos de execução sejam cumpridos, honrando os compromissos assumidos nas candidaturas a fundos comunitários.

Colocado o assunto à discussão, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que referiu que estes projetos, pese embora tenham sido reajustados pelo Executivo atual, é importante que se concretizem, especialmente a recuperação do “Cine Pelicano”, que era já uma ambição antiga, para cuja efetivação o anterior Executivo municipal criou condições.

Na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que a decisão de avançar com estes projetos, apesar das dificuldades financeiras, foi um dever assumido para cumprir a promessa feita a Jean-Loup Passek e para dar mais dignidade ao seu espólio, uma vez que o novo espaço oferecerá melhores condições logísticas para exposições definitivas e temporárias.

A este propósito, o senhor Vereador José Adriano Lima concordou com o facto de o compromisso com Jean-Loup Passek dever ser honrado e referiu que o prolongamento do edifício da Antiga Escola Primária também é importante para acolher parte do espólio.

O senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que o principal desafio, agora, é assegurar o financiamento e executar da obra, uma vez que aquando do início do mandato do atual executivo nem havia obra feita nem verbas disponíveis para a pagar. Sublinhou, mais uma vez, a preocupação com as condições atuais de conservação e segurança do espólio, reforçando a urgência dos novos espaços.

Após estas intervenções o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 94204 de 31-03-2026 e no uso da competência prevista da alínea f), do

n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação do início de procedimento e das respetivas peças da empreitada para Reconstrução do Antigo Cine Pelicano para instalação do “Museu Melgaço et Cinema”.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

95. Presente requerimento em nome de Albano Gonçalves, a solicitar contrato de fornecimento de água para apoio agrícola, na Rua do Saramagal - Ribeiro de Baixo - 4960-086 Castro Laboreiro, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi analisado um requerimento, em nome do senhor Albano Gonçalves, para um contrato de fornecimento de água para apoio agrícola, na Rua do Saramagal, Ribeiro de Baixo, em Castro Laboreiro. Mais informou que a documentação de suporte a este assunto incluiu uma informação técnica e fotografias do prédio, e que o parecer da vistoria dos serviços municipais confirmou que o fornecimento se destina a apoio agrícola, sendo certo que o ramal de ligação já se encontra executado. Esclareceu que o pedido em causa configura a concessão do tarifário agrícola para este fornecimento.

Posto isto, colocou o assunto à discussão, e, por não ter havido qualquer intervenção sobre o mesmo, colocou-o, de imediato, à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4296 de 01-04-2026 e no uso da competência prevista do n.º 2, do artigo 50º do Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água n.º 1196/2023 e no n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei 147/2017 de 5 de dezembro, na sua redação atual, a aprovação do contrato de fornecimento de água para apoio agrícola, na Rua do Saramagal – Ribeiro de Baixo – 4960-086 Castro Laboreiro.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

III – Período da Intervenção do Público

Chegados a esta capítulo da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu a palavra ao público presente na sala, bem com ao público que se encontrava a assistir à reunião à distância, para qualquer intervenção que pretendessem levar a cabo.

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Não tendo havido quaisquer manifestações de interesse em intervir por parte do público presente na sala e do público à distância o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença e participação de todos.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.05 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ava Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues